

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

Da reunião de bibliotecários-arquivistas promovida por «Cadernos» em Lisboa, no dia 27 de Novembro do ano transacto, publicamos a seguir, com o amável acordo dos seus autores, os textos das palestras então proferidas, as quais terão assim a merecida expansão.

Falou em primeiro lugar a nossa colega Dr.^a D. Maria Torre do Vale, que disse:

«Depois de haver assistido ao I Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses realizado em Coimbra no mês de Abril do corrente ano, eis-nos novamente reunidos, mas, desta vez em Lisboa, onde venho através do amável convite que me foi dirigido pela redacção de CADERNOS, e que aproveito para agradecer.

Fê-lo ainda esta direcção com o propósito dos que eu dissesse alguma coisa sobre as Bibliotecas dos Estados Unidos, em virtude de me encontrar há já alguns anos a dirigir a Biblioteca Americana em Lisboa. Todavia, falar acerca dessas Bibliotecas, não me é fácil pois nunca se proporcionou a oportunidade de me deslocar à América para contactar com serviços desta natureza. A minha experiência durante os anos devotados a orientar a Biblioteca Americana em Lisboa, após um período de iniciação em que trabalhei com especialistas americanos, e o que tenho lido sobre o assunto, deram-me uma situação equivalente à dos Bibliotecários que trabalham nas Bibliotecas nos Estados Unidos.

Serei breve, não só pelo tempo escasso de que disponho, como pela necessidade de evitar uma exposição longa e enfadonha que abusaria da paciência e boa-vontade do distinto auditério. E assim, contando desde já com a vossa benevolência, procurarei historiar, embora muito resumidamente, o que se passa com as Bibliotecas dos Estados Unidos, inclusivé como se iniciaram.

Existe junto ao Município duma pequena cidade da Nova Inglaterra uma inscrição feita numa grande rocha, que traduzida, nos diz: Comemorando a criação na cidade de Wayland, da Primeira Biblioteca Pública Gratuita do Massachussetts e a segunda dos Estados Unidos. Tem a data de 7 de Agosto de 1850.

É assim que a cidade de Wayland presta tributo aos seus cidadãos que cedo tiveram a noção da importância das Bibliotecas Públicas Gratuitas, revelando a coragem e a perseverança de transformá-la num facto real, através do estabelecimento duma instituição que hoje nos Estados Unidos se encontra tão arraigada como o sistema de escolas públicas.

Verifica-se deste modo a existência de 6 141 Bibliotecas Públicas com cerca de 66 milhões de volumes, constituindo uma eloquente ilustração do optimismo e fé na organização que ajuda a explicar o fenómeno das fundações e o seu consequente desenvolvimento. Depois de falar sobre bibliotecas públicas impõe-se fazer referência a outras inúmeras bibliotecas, como sejam as das universidades, aquelas especializadas em medicina e direito, forças armadas, recreio, clubes, várias instituições, que somam o bonito número de 17 100, não incluindo todas as das escolas primárias e secundárias.

Quando foi fundada pela Universidade de Oxford, em 1600, a famosa Bodleian Library, ficou expressamente estipulado que, em circunstância alguma poderia qualquer livro ser emprestado. Nos nossos dias, quando vemos as bibliotecas empenhadas em vigorosas campanhas

destinadas a estimular no povo o gosto pela leitura e as facilidades concedidas pelas Bibliotecas Públicas, achamos inconcebíveis as severas restrições desses tempos passados.

Durante o período colonial, as bibliotecas existentes regiam-se evidentemente pelo padrão europeu sendo destinadas a corresponder às necessidades dos estudiosos e da aristocracia culta. Daí que o jovem mecânico Benjamin Franklin não tenha sido autorizado a entrar em qualquer biblioteca de Filadélfia. Vencido mas não convencido, tratou então de fundar uma biblioteca, tendo conseguido reunir um grupo de meia centena de jovens trabalhadores, que se comprometeram e prontificaram a pagar uma taxa anual e a formar, assim, um fundo para aquisição de livros destinados ao seu uso exclusivo.

E, se me permitem, citarei mais alguns exemplos dos primeiros desenvolvimentos bibliotecários.

No Estado de Ohio, em 1802, um grupo de pioneiros, reunindo-se para planear a construção de estradas, discutiu também os meios de adquirir livros para a sua colectividade. O dinheiro era pouco, mas havia abundância de ursos e coatis. Resolveram, portanto, dar caça a esses animais e vender as suas preciosas peles aplicando o dinheiro obtido na compra de livros, fundando-se assim a Coonskin Library (Biblioteca Pele de Coati).

É ainda na década de 1850 que se iniciam nos Estados Unidos as bibliotecas gratuitas mantidas por fundos públicos. Desde a abertura da Biblioteca Pública de Boston, em 1854, o sistema destas bibliotecas, não obstante o seu crescimento, tem tido um desenvolvimento contínuo e regular, tendo hoje a maioria dos cidadãos acesso a bons livros — situação sem paralelo na história moderna.

Hoje, quando os Estados Unidos gastam milhões de dólares com 6 141 bibliotecas públicas, torna-se às vezes difícil compreender que tenha havido uma época em que o livro era considerado unicamente um privilégio dos que possuíam meios de obtê-lo. Essa ideia era defendida por pensadores como, por exemplo, Herbert Spencer, pois era sua opinião que a cidade tinha tanta obrigação de fornecer livros aos seus habitantes como de lhes fornecer roupa. Naturalmente, nem todos os contemporâneos de Spencer concordavam com ele, pois Thomas Carlyle lamentava o facto de que muitas cidades possuísam a cadeia, mas, poucas tinham uma Biblioteca Pública.

O ideal da Biblioteca Pública moderna é garantir aos interessados não só o empréstimo de livros, como também o seu auxílio na procura das obras que desejam.

Posso citar ainda outras características principais das bibliotecas públicas modernas: além do facto de serem mantidas por impostos públicos e de proporcionarem ao leitor a liberdade de percorrer as salas e escolher os seus livros, salientam-se as suas instalações especiais para crianças, a cooperação com as escolas públicas, as bibliotecas ambulantes, as salas especiais para cegos, gabinetes para audições, etc., etc. Necessário se torna mencionar que existem também bibliotecas na maior parte dos navios que ostentam a bandeira americana, e também em hospitais e prisões, e, sem dúvida, um dia virá em que a aviação comercial americana possuirá igualmente pequenas bibliotecas.

No caso da Biblioteca Americana em Lisboa, ela pode ser comparada a uma biblioteca de uma cidade americana da ordem dos 6 000 habitantes e que funciona sob os moldes, e com as mesmas características, das já referidas bibliotecas públicas dos Estados Unidos da América, destina-se especialmente à divulgação da cultura, progresso e costumes do povo americano.

A exemplo do que se verifica nas bibliotecas dos Estados Unidos, há acesso directo às estantes, cujos livros podem ser requisitados mediante identificação do interessado e o preenchimento em duplicado de uma ficha. O sistema decimal de Dewey, é utilizado como na quase totalidade das bibliotecas dos Estados Unidos, sendo portanto a arrumação dos livros nas estantes, feita por assuntos.

Para melhor orientação dos leitores, todas as estantes estão devidamente marcadas com os números de classificação e assuntos a que dizem respeito, existindo ainda um quadro geral da Classificação Decimal de Dewey. A ficção e os livros infantis, por vezes encontram-se agrupados e arrumados nas estantes por ordem alfabética segundo o nome do autor.

Existem catálogos dicionários onde se arquivam fichas de autor, título e matéria, e catálogos topográficos conforme a classificação de Dewey, em que as fichas estão arrumadas tal como os livros nas respectivas estantes. A maioria destas fichas impressas é adquirida na Biblioteca do Congresso, e quando assim não acontece os livros são catalogados e classificados pelas bibliotecárias, obedecendo às mesmas regras da Biblioteca do Congresso, o que se verifica na Biblioteca Americana em Lisboa com as versões em português.

Este sistema de empréstimo livre das publicações dá origem a uma média estatística diferente quanto ao número de leitores que utilizam as Bibliotecas, e por isso, julgo que terá interesse citar alguns dados estatísticos relativos ao movimento da Biblioteca Americana em Lisboa. A título de curiosidade e acentuando os benefícios concedidos pelo serviço de empréstimo, apurámos que nos últimos dez anos foram cedidos 149 317 livros e 115 747 revistas ou seja um total de 265 064 publicações. No mesmo período a nossa Biblioteca foi visitada por 427 069 pessoas, muitas das quais vieram apenas ler e outras obter informações diversas, que vão desde: preços e editores de livros, dados biográficos, até ao total de cabeças de gado nos Estados Unidos, e bibliografia sobre a criação de rãs para fins alimentares.

Em média e diáriamente, os livros e revistas requisitados ultrapassam a centena, assim como os livros e revistas devolvidos, chegando o número de visitantes a atingir aproximadamente as duas centenas.

Para informação dos leitores, elaboram-se listas por assuntos que sofrem uma revisão anual, e também listas das últimas aquisições da Biblioteca, que são feitas de dois em dois meses, e enviadas pelo correio, em grande número, para diversos departamentos de ensino, bibliotecas, associações, etc.

As revistas e jornais são registados num catálogo alfabético, e apenas se conservam as do ano anterior e as do ano corrente. Aquelas que se retiram anualmente são oferecidas a instituições de carácter científico ou instituições de caridade, conforme o género da revista. Os últimos números põem-se em exposição na Biblioteca, para serem lidos ou consultados apenas ali.

As bibliotecas em muitos casos estão integradas numa comunidade cultural, sendo assim, não têm um programa cultural próprio. Porque a Biblioteca Americana faz parte dos Serviços Culturais, é através dela que se realizam sessões de cinema e conferências sobre temas ligados à vida e cultura Americana.

Fazem parte normalmente das Bibliotecas, montras e salas de exposição, assim como discotecas, com os respectivos gabinetes de audição.

Para terminar, não só agradeço a atenção que tiveram a gentileza de me dispensar, como aproveito a oportunidade de dirigir um convite a VV. Ex.^{as} para que nos honrem com uma visita às instalações da Biblioteca Americana de Lisboa».

Usou da palavra a seguir a nossa colega Dr.^a D. Maria Teresa Geraldês Barbosa Acabado, cuja palestra transcrevemos:

«Pediram-nos para vos falar sobre os Arquivos de França.

O que vamos dizer, porém não constitui de qualquer modo uma novidade, porque alguns de vós frequentaram o Estágio Internacional de Arquivos em Paris e outros tomaram

contacto com ele pela leitura dos artigos do nosso colega Ferrand de Almeida Fernandes, publicados nos *Cadernos*.

A nossa finalidade é tentar transmitir-vos um pouco do entusiasmo que sentimos quando ao conhecer melhor os arquivos de Paris, Bruxelas, Londres e Estocolmo verificámos como eram variados os horizontes do que deve ser a missão do arquivista.

Segundo o molde de muitos colegas que ali conhecemos, o arquivista deve ser um pouco enciclopédico, para responder a tudo o que se espera dele, quer no ponto de vista histórico, quer no didático, quer mesmo no administrativo, porque os arquivos deixaram de ser uma necrópole de documentos, para serem um serviço activo, duma actividade diária e constante, com vários e múltiplos aspectos inerentes à vida cultural da Nação.

O arquivista tem na época que passa novas tarefas a cumprir: ser o impulsionador de uma colaboração íntima com o ensino, preparando exposições e favorecendo visitas de alunos e criar centros de documentação de modo a alargar o horizonte arquivístico, de tal modo que constitua um poderoso auxiliar para o avanço cultural da comunidade.

Assim, conservar, classificar, inventariar, comunicar ao público culto, aos professores e aos eruditos e mesmo aos alunos que frequentam as suas salas de trabalho, os testemunhos do passado, tais devem ser as preocupações do arquivista de hoje.

Cremos poder afirmar e cremos fazer justiça dizendo que, se o âmbito da nossa missão se tornou de tal modo extenso, isso se deve, em grande parte, à acção impulsionadora de Charles Braibant, Director Geral dos Arquivos de França de 1948 a 1959, grande erudito, pessoa animada de um extraordinário dinamismo, a ele deve a França todas as transformações realizadas naquele espaço de tempo, transformações essas que a colocaram à frente do mundo arquivístico moderno.

Com efeito, a ele se devem «os esforços para uma colaboração internacional dos Arquivos» segundo a frase do Director Geral dos Arquivos Russos, pois foi o preparador do I Congresso Internacional dos Arquivos, o criador das Conferências «Tables Rondes», o fundador do Estágio Técnico Internacional de Arquivos, o impulsionador da revista *Archivum* e do Centro Internacional de Documentação Arquivística que, em princípio, agrupa, todos os inventários aperecidos no mundo e que é um dos mais bem organizados no domínio da cooperação internacional.

O Arquivo Nacional de Paris, instalado desde 1808 no «Hotel de Soubisse», maravilhosa construção no séc. XVIII, e mais tarde nos de Rohan, Breteuil e Boisgelin que lhe são contíguos, foi criado em 1790 pela Assembleia Nacional Constituinte, para garantir a conservação dos seus próprios papéis. A este fundo primitivo, outros depois se juntaram, provenientes das instituições do «Ancien Régime», dos estabelecimentos eclesiásticos da região parisiense, dos diferentes Ministérios e Administrações do Estado, arquivos notariais, particulares e das grandes empresas comerciais e industriais, etc., etc., de tal modo que, enquanto no tempo de Michelet (1830-1852) se poderia avaliar a sua existência em 25 Km. de estantes, hoje elas atingem 250 Km..

Foi sobretudo o decreto de 21 de Julho de 1936, que muito contribuiu para o aumento das suas riquezas, porque tornou obrigatória a entrada periódica no Arquivo Nacional de Paris e nos Arquivos Departamentais, de todos os documentos inúteis à administração corrente.

Por este decreto ficou estabelecido que só com autorização dos Arquivos pode ser destruída a documentação dos organismos públicos instituindo-se uma vigilância periódica exercida pelos arquivistas.

Desde 1952, foi designado um arquivista com a função permanente de preparar, dentro do Ministério, os documentos que devem dar entrada nos Arquivos. Este arquivista chamado

arquivista missionário deve proceder às necessárias eliminações, classificar e inventariar os documentos de modo que, no momento da sua entrada definitiva no Arquivo, estes já estão cotados, tomando o lugar na série onde podem ser imediatamente utilizados.

Missão árdua a deste arquivista, que é, ao mesmo tempo, conservador e destruidor, porque a conservação dos documentos verdadeiramente importantes impõe a destruição dos que não apresentam qualquer interesse.

Bautier no seu estudo «Les Archives» afirma que todo o mecanismo moderno dos arquivos está condicionado pela solução a dar ao problema chave: a eliminação dos documentos.

O arquivista, segundo ele, sendo por vocação um historiador que sabe como se escreve a história, não pode ser só um conservador de arquivos, para ser também o homem que sabe eliminar.

Pensamos que a destruição, por mais criteriosamente que se faça, é sempre uma operação delicada, já que se torna muito difícil avaliar rigorosamente todo o valor do documento.

Terminado este rápido parêntese sobre uma das missões do arquivista, continuarei a afirmar que os arquivos de França aumentaram o seu recheio, não só pelas entradas obrigatórias que transmitem a propriedade e a responsabilidade dos documentos à administração do Arquivo, mas ainda pelos depósitos, dádivas, legados, compras e, nos últimos tempos, por cópias sob a forma de microfilmes.

Evidentemente, que é necessária a compreensão dos poderes públicos e dos particulares para uma instituição que tem a função de reunir sob todos os aspectos o material que por si constitui a base da História.

Hoje, o Arquivo Nacional de Paris compreende um certo número de serviços, que por necessidade de ordem interna, estão divididos em quatro secções (antiga, moderna, contemporânea, e ultramarina) e um departamento das actividades científicas, culturais e técnicas.

O número de «artigos», isto é, unidades arquivísticas a que se atribui uma cota, aí conservados, é de cerca de 900 000; o de funcionários que lá trabalham repartidos por várias categorias de 219.

A *secção antiga* guarda os documentos desde o séc. VII até 1790, num total de 250 000 artigos, repartidos em 23 séries que se designam pelas letras do alfabeto.

Dispõe de um inventário sumário, elaborado em 1891, a que se têm seguido vários suplementos, pois a secção cresce constantemente. O serviço de esfragística faz parte desta secção.

A *secção moderna* conserva a documentação proveniente da época revolucionária e toda a restante, enviada pelas administrações desde 1790. É a parte viva do Arquivo, aquela que se enriquece constantemente. Possui um inventário de 1937 e um suplemento de 1955.

A esta secção está ligada a *contemporânea*, que foi criada para conservar e classificar os documentos da última guerra e da ocupação e compreende ainda os ficheiros do Tribunal Militar Internacional e do Tribunal Americano de Nuremberga.

Em 1961 instituiu-se a *secção ultramarina*, constituída pelos documentos do Serviço do Arquivo e Biblioteca do extinto Ministério da França Ultramarina.

O *departamento das actividades culturais, científicas e técnicas* compreende os serviços dos cartórios notariais, arquivos económicos, arquivos privados, arquivos impressos, o serviço fotográfico, Museu da História de França, o serviço educativo, serviço das cartas, mapas e planos e serviço de toponímia.

Há ainda o Serviço das informações, investigações históricas e Sala do Público e o Secretariado, que inclui o serviço de encadernação e restauração de documentos.

Como se vê por esta divisão, o conteúdo e as atribuições das diferentes secções são bastante variadas, naquele oceano sem limites que é, como já alguém disse, «o celeiro maior da História da França», e o arsenal da administração.

Não nos ocupamos das secções científicas nem dos métodos e técnicas arquivísticos ali usados, porque isso levar-nos-ia longe, e não é esse, por agora, o nosso objectivo.

Procuraremos sòmente dar uma ideia informativa do que considero os serviços mais interessantes do departamento das actividades culturais.

De passagem, gostaríamos de frisar que, ao frequentarmos o Estágio dos Arquivos em Paris, em 1959, onde tomámos contacto com as doutrinas, métodos e técnicas dos arquivos franceses e estrangeiros, mais uma vez nos sentimos felizes por termos entrado na vida arquivística pela mão do Dr. Ruy de Azevedo, pois quanto a métodos de trabalho e técnica de inventariação de documentos medievais, nada vimos fazer que não nos tivesse sido já ensinado por tão grande mestre.

Passemos agora a expor o que é o *Serviço dos Cartórios Notariais* — «Minutier Central» — que contém 80 milhões de actos e contratos, depositados no Arquivo desde 1928, provenientes dos 144 notários de Paris.

São, como se pode calcular, um manancial riquíssimo para a história da sociedade francesa visto que este povo têm a mística do acto escrito e faz autenticar todas as manifestações da sua actividade. Assim, tanto para a história social como para a económica, literária, artística as minutas notariais constituem uma fonte inesgotável e preciosa. Retalhos da vida dos escritores, de políticos e religiosos tudo aí aparece, dando-nos a noção do meio em que viviam e, muitas vezes, dos seus temperamentos, como se pode ver pelos testamentos ou pelos contratos com os impressores, clientes, etc.. Os notários possuem reportórios por ordem cronológica, e actualmente procede-se no Arquivo à sua transposição para fichas, tendo-se já extraído cerca de 2 000 000.

— O *Serviço dos arquivos económicos e privados* foi criado em 1949 por C. Braibant, que lhe associou também o Serviço de microfilme, porque muitas vezes as famílias e as firmas não querem dar ou depositar os seus documentos e assim estes eram microfilmados com a devida autorização.

Vencida a relutância dos proprietários por uma diplomacia conveniente, existem já hoje, neste serviço vários arquivos que aí são conservados e devidamente inventariados. Assim, os arquivos dos bancos, de empresas, de cooperativas, arquivos de famílias, mesmo modestos «dossiers» familiares — tudo é preciosamente conservado, quer sob forma de originais, quer microfilmado.

Em muitos casos, estes arquivos foram depositados a título revogável, conservando o possuidor direito de propriedade.

Para ajudar as famílias francesas a lembrarem-se de si próprias, protegendo os seus documentos criaram-se dois «comités», onde se reúnem representantes das famílias, das empresas e historiadores.

Elaborou-se um ficheiro central, para se conhecer completamente as riquezas contidas nos arquivos franceses não públicos e, ao mesmo tempo salvaguardá-los.

Deram-se garantias aos depositantes, cuja autorização, geralmente concedida, é necessária, para facultar documentos ao público.

— No *Serviço fotográfico* (fotocópias e microfimes) guardam-se, hoje cerca de 200 000 metros de filmes, formato 35 mm. O microfilme, tal como se utiliza no sserviços de Arquivo, tem

3 modalidades: *de segurança*, em que são microfilmados todos os documentos, quando possa haver alguma probabilidade de destruição, em geral, tiram-se 2 ou 3 cópias; *de substituição*, quando se microfilma documentos que, por necessidade, se devem destruir, ou quando os originais não podem ser facilmente consultados; *de complemento*, o mais útil, quando se reconstitui um núcleo cuja reunião material dos seus documentos é irrealizável, ou por aproximar os núcleos que o investigador pode ter interesse em consultar simultaneamente.

Muitos países possuem hoje serviços centrais que elaboram planos de microfilmagem e se encarregam da sua execução. É o caso das jovens nações de África, que se preparam para começar a microfilmagem, noutros países, os documentos de maior interesse para a sua história nacional.

— Dada a extraordinária organização que possui o *Serviço de esfragística* não quero deixar de o referir, embora pertença à secção antiga e só nos tenhamos proposto falar de alguns serviços do departamento das actividades culturais.

Contém cerca de 20 000 selos originais e 81 000 reproduções de selos existentes quer no Arquivo de Paris, quer nos arquivos departamentais. É servido por uma oficina de moldagem e restauro e recentemente foi ainda criado um serviço especial de trocas com o estrangeiro.

Os selos franceses estão divididos em laicos e eclesiásticos, por sua vez subdivididos conforme a entidade que os usava. Os selos estrangeiros estão classificados por países.

Pude verificar que existem em Paris alguns selos portugueses e eu própria reproduzi um belo selo equestre de D. Dinis. Existem ficheiros que permitem encontrar facilmente qualquer selo que seja solicitado.

— O *Serviço informativo* tem por fim acolher os leitores vindos pela primeira vez ao Arquivo de Paris e proceder à sua inscrição.

Em nome de cada leitor preenche-se um boletim com informações sobre os seus trabalhos, em que se inscrevem os pedidos de investigação, que imediatamente poderá efectuar.

À entrada na Sala de Leitura, é-lhe dado um *Guia de Leitor*, em que estão mencionados todos os inventários, reportórios numéricos e guias que poderá consultar como instrumentos de trabalho.

Existe um ficheiro alfabético de leitores e um ficheiro metódico das investigações consignadas nos boletins e por isso torna-se fácil encontrar uma informação prestada anteriormente.

No caso de o assunto parecer inédito, dirige-se uma consulta às secções especializadas do Arquivo que, por sua vez, responderão ao Serviço Informativo, resposta esta que se transcreve no boletim. O Serviço informativo responde a numerosos pedidos feitos por correspondência.

O Centro de Investigação Histórica da França «Centre de la Recherche historique» criado em 1952, tem por fim reunir a documentação relativa aos trabalhos em curso, referentes à história da França, o que permite evitar investigações idênticas efectuadas por pessoas que se ignoravam e facilitar, por outro lado, o contacto entre os investigadores. Estas informações aparecem publicadas num boletim semestral que compreende três listas: uma metódica das investigações, outra alfabética dos investigadores e um índice.

Às investigações dos particulares juntam-se os pedidos dos diferentes ministérios, cujos documentos foram depositados no Arquivo de Paris que, neste caso, funciona como um centro de documentação.

Pelo que acabamos de expor, verifica-se que o arquivista em França atingiu já a finalidade da sua missão, visto que, por todos os meios de que dispõe, é o intermediário entre o documento histórico e o investigador.

— Enquanto os historiadores e os eruditos que frequentam o Arquivo de Paris possuem o seu domínio próprio, que é a Sala de Leitura, o público não especializado pode saciar a sua curiosidade nas belas salas do «Hotel de Soubisse», consagradas ao Museu da História de França. Aí, em vitrinas adaptadas pelos mais modernos métodos da museografia, encontram-se os documentos históricos mais interessantes para o conjunto de factos sociais, como seja a evolução do feudalismo, a história da agricultura, das correntes comerciais e da indústria, etc. etc.

Ao mesmo tempo, os objectos históricos, selos e encadernações tornam a exposição mais atraente.

Quandros electrificados permitem ver o desenvolvimento geográfico da França, a formação da União Francesa, a França na Europa, a descoberta do Mundo. Tudo isto, com a finalidade de mostrar ao público e, particularmente aos estudantes, pelo exame dos documentos, donde vem a história, como ela nos é transmitida e de que maneira se podem e devem utilizar os documentos, constituindo escola activa de ciência histórica, que despertará talvez jovens vocações.

Pode assegurar-se que o Museu de História de França constitui um extraordinário instrumento pedagógico que muitos países têm imitado.

Sob o impulso de Charles Braibant empreenderam-se, tanto em Paris como nos departamentos, numerosas exposições temporárias, consagradas a um período, a um acontecimento, a uma região, uma cidade, um rei, uma instituição, uma personagem, homem público, homem de guerra ou escritor.

Recordamo-nos de ter assistido a uma exposição sobre Foucault e outra sobre os judeus na História de França.

Estas exposições têm dois objectivos: não só educar como fazer conhecer os arquivos a um maior número possível de pessoas, como meio de propaganda para obter créditos indispensáveis.

Ao mesmo tempo publica-se um catálogo, elaborado de modo a que o visitante possa ler a exposição que está vendo.

— Pertence ainda ao Museu uma experiência efectuada por M.lle Pernoud: «O Quarto de Hora de Cultura».

Esta experiência, que obteve, grande êxito, consta de um comentário a um documento, ou grupo de documentos do Museu e é feito duas vezes por semana por um arquivista na hora do almoço para ser ouvido por operários e empregados daquela zona do Marais, que aproveitam assim um pouco do tempo que lhes resta depois da refeição.

Tivemos ocasião de ouvir um comentário sobre o diário de Luís XV e a última carta que escreveu e relembramos ainda as lágrimas que vimos nos olhos das senhoras.

Também todos os meses é apresentado na Antiga Capela do «Hotel de Soubisse» o documento do mês, documento espectacular ultimamente entrado no arquivo e que tem oportunidade, como, por exemplo a proclamação do General De Gaule aos franceses em 1940, que vimos exposta em 1960, com uma apresentação extraordinária.

Citarei como curiosidade que, nos Estados Unidos, a Televisão entrou já nos arquivos e assim, semanalmente são apresentados visualmente aos telespectadores documentos referentes a determinado assunto.

Também em Barcelona, o Director do Arquivo dá todas as semanas duas emissões na Rádio sobre a história da Catalunha.

Estreitamente ligada com o Museu, encontra-se o *Serviço Educativo* do Arquivo Nacional, criado por Charles Braibant e dirigido por professores destacados do ensino secundário para tal efeito. A sua missão é guiarem os grupos escolares que visitam o Museu e elaborarem con-

ferências e exposições pedagógicas. Cada uma destas trata um assunto determinado e é constituída por um número de documentos (cerca de 15) característicos e pouco frágeis, munidos de especial protecção.

Estes documentos podem ser manipulados sem risco pelos alunos e servem para ilustrar ou o programa da classe ou alguns centros de interesse ligados directamente com o mesmo programa.

Muitas vezes o professor do Serviço Educativo comenta cada um dos documentos, que circulam entre os alunos que com eles trabalham, guiados por notas preparadas para esse fim.

Vimos em Toulouse, alunos do Liceu a estudarem em documentos uma crise vinícola ocorrida no séc. passado. Na Bélgica, na Alemanha, na Holanda e em muitos outros países da Europa, esta iniciativa tem sido seguida com muito entusiasmo.

A partir de 1956, realiza-se semanalmente uma sessão cinematográfica de filmes históricos, que constitui como que um complemento das visitas guiadas.

Em 1958, organizou-se mesmo um cine-clube histórico, reservado aos jovens de 14 aos 19 anos.

Também o Serviço Educativo organiza concursos literários denominados «concursos dos jovens historiadores», no qual têm direito a participar os alunos do Liceu de toda a França.

O tema proposto é enviado aos interessados juntamente com uma série de reproduções de documentos e, com base neste material arquivístico, os concorrentes têm de construir a sua síntese histórica, que será apreciada por júri competente.

Igualmente como divulgação histórica, a Direcção dos Arquivos de França organizou cofres com colecções de reproduções de selos para servir à ilustração dos cursos de história.

Uma outra modalidade de divulgação é a venda de bolsas que contêm documentos de história de França, o que constitui auxiliar precioso para o ensino universitário.

Com a Universidade, o espírito de colaboração torna-se ainda mais apertado, e assim, os alunos e mestres de história das faculdades de letras e de direito elaboraram as suas teses e trabalhos com documentos dos arquivos.

Por tudo isto se pode concluir que modernamente, em França e em quase todos os países, há uma tendência para chamar os arquivos à realidade e torná-los mais activos e cada vez mais vivos ⁽¹⁾.

Ao terminar esta breve resenha informativa do que são alguns dos serviços novos do Arquivo Nacional de Paris, sublinhamos de novo que tivemos a finalidade de lhes mostrar que passou já a época da rotina em que o arquivista era um funcionário respeitável que decifrava pergaminhos e punha em ordem os papéis velhos. É certo que ele tem ainda essas atribuições. Mas, horizontes mais largos estão na sua frente, como já atrás acentuámos, isto é, a par da conservação do património histórico da Nação, o arquivista deve contribuir para a mais completa utilização possível das fontes, em proveito da cultura.

Seja-me lícito, porém, levantar ainda a questão, muitas vezes debatida, se o arquivista deve, ou não, ser um investigador. Objecta-se muitas vezes que a investigação não constitui missão essencial do arquivista, e outros opõem-se assegurando que ela é, pelo contrário, a base da sua vocação, a razão de ser de uma carreira que, sem ela, seria vazia de sentido e quase sem

(1) Já depois de realizada esta palestra vimos no jornal belga «La Dernière Heure» de 12-12-965 a notícia de uma exposição organizada pelos arquivos belgas no Palácio Real de Bruxelas, com o fim de comemorar o aniversário da morte de Leopoldo I. Ocupava a sala do trono e 12 salões anexos e compreendia 1350 objectos e documentos, alguns cedidos por instituições científicas, por particulares, pela Rainha de Inglaterra e pelo governo soviético. Os soberanos belgas, ao visitá-la, foram guiados por um arquivista.

ideal. Mesmo muitas pessoas cultas consideram que o arquivista deve apenas redigir fichas e inventários, editar textos com rigor, cujos trabalhos permitam aos historiadores qualificados, fazer descobertas e compor obras. Isto é, deve ser apenas um técnico.

A estes respondem os que crêem que os arquivistas possuem mais direitos que quaisquer outros a ser investigadores e que é indispensável para a dignidade da profissão, que lhe sejam concedidas facilidades nesse sentido. Assim, na Hungria, Polónia, Jugoslávia, Espanha, Alemanha, os arquivistas podem ser nomeados para os Institutos de Investigação científica e desligados temporariamente dos serviços. Na Bélgica, para que um arquivista, seja nomeado conservador adjunto, são necessários 10 anos de serviço e o título de doutor em letras e publicações científicas. Para isso estabeleceu-se a divisão de trabalho diário: de manhã, trabalho profissional; de tarde, científico pessoal.

Pensamos que a Bélgica resolveu bem o problema, pois ao mesmo tempo que pôs em primeiro plano o trabalho técnico — classificação, inventários, etc. — defendeu, com o mesmo espírito, esta outra posição de que o arquivista é, antes de tudo, um homem de ciência.

Creemos que assim se encontrou o equilíbrio entre os dois tipos de trabalho.

Falou por fim o Dr. Carlos Estorninho, que subordinou a sua dissertação ao título de:

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS BRITÂNICAS

«Em 1850, foi publicado pelo Parlamento Britânico o «Public Library Act», que é a primeira provisão legal para o estabelecimento de bibliotecas públicas franqueadas livre e gratuitamente a toda a comunidade.

O «Acto de Bibliotecas Públicas» nada impunha; apenas autorizava as Autarquias Locais a incluir uma ínfima taxa adicional nos impostos que cobravam, destinada à criação e manutenção de um novo serviço público local, de carácter facultativo, não obrigatório. O adicional não podia então ser superior a meio dinheiro por cada libra arrecadada, — isto é, cerca de tostão e meio em oitenta escudos, na nossa moeda. Hoje, não existe limite para o adicional.

Este carácter facultativo, não obrigatório, e a liberdade de iniciativa local para o estabelecimento de bibliotecas, com plena autonomia, sem quaisquer imposições, pressões ou fiscalizações por parte do Governo Central, permanecem ainda hoje e constituem a característica principal do Sistema de Bibliotecas Públicas em Inglaterra, não obstante o recente «Acto de Bibliotecas Públicas e Museus», de 31 de Julho de 1964 com entrada em vigor em 1 de Abril passado estabelecer a obrigatoriedade de «prover um serviço compreensivo e eficiente de bibliotecas públicas», e de dar, pela primeira vez na história do Reino Unido, o poder ao Ministro da Educação de «superintender e promover o desenvolvimento deste serviço» — o que implica a possibilidade de ajuda financeira e auxílio técnico por parte do Estado, sempre e onde se torne necessário, tendo, sobretudo, em vista uma melhor organização e consolidação da interligação e cooperação, em escala nacional, entre todas as bibliotecas públicas do país.

Esta obrigatoriedade, porém, constitui mais uma afirmação de princípio do que remédio para enfrentar a situação de facto, pois que, na realidade, desde há muito que existe uma completa «rede nacional» de serviço de bibliotecas públicas.

As bibliotecas públicas depressa conquistaram o favor do povo e a imaginação das autoridades, de tal forma que se transformaram, em pouco tempo, numa grande e livre instituição social e educativa de formidáveis benefícios para toda a comunidade — instituição cujas possibilidades totais são incalculáveis, ainda hoje muito longe de ser esgotadas.

Em todo o Reino Unido, as «public libraries» criaram profundas raízes e são consideradas partes essenciais do estilo de vida e padrão social, pela sua gradual integração no sistema nacional de educação, ao lado das escolas e universidades. Basta dizer desde já que cerca de metade dos estudantes universitários do Reino Unido utiliza as bibliotecas públicas, constituindo, assim, estas uma contribuição essencial para o progresso do ensino superior.

A cobertura em escala nacional de bibliotecas públicas a cargo e da responsabilidade de cerca de 600 Autarquias Locais, é constituída por mais de 40 mil unidades de serviço, apoiadas por cerca de 300 bibliotecas móveis. Abrange praticamente todo o território e toda a população do país. Dos seus 52 milhões de habitantes, apenas cerca de 25 mil (0,1%) não são servidos por elas, por viverem em lugarejos e pequenas ilhas quase inacessíveis.

Mais de 15 milhões de pessoas, isto é, quase um terço de toda a população, acham-se inscritas como leitores domiciliários; além de muitos milhões de outros «leitores avulsos» ou eventuais que frequentam as bibliotecas públicas — até com espantosa regularidade — para fins de consulta, investigação e leitura nas suas próprias instalações, com menção para os «habitues» dos jornais e revistas.

Segundo recentes dados, o recheio total das bibliotecas públicas ascende a mais de 80 milhões de livros; as requisições para leitura domiciliária orçam por 500 milhões por ano (mais de milhão e meio por dia útil) à média de 10 por cada habitante de toda a sua população, e 33 por cada leitor inscrito.

A despesa total com a manutenção deste serviço público, inteiramente a cargo das Autarquias Locais, é da ordem de 25 milhões de libras por ano, dois milhões de contos (isto é, à razão de 10 shillings, ou 40 escudos por habitante) — dos quais dois terços são dispendidos com o pessoal e com a aquisição de livros, e o restante com a conservação dos edifícios, equipamentos e gastos com o material.

(Como fantasia direi que aplicada proporcionalmente esta «capitação» entre nós, as despesas anuais com bibliotecas públicas elevar-se-iam a 400 mil contos: 130 000 para livros, 130 000 para pessoal, 130 000 para conservação; as requisições seriam da ordem de 100 milhões por ano, para 3 milhões de leitores inscritos).

As bibliotecas públicas, no Reino Unido, estão em pleno desenvolvimento e vêm disfrutando de grande popularidade, com um prestígio cada vez maior entre toda a população e as autoridades, em virtude da eficiência, da ubiquidade e da variedade e extensão dos seus serviços.

Ora, isto deve-se em grande parte, aos bibliotecários e à sua Associação.

O bibliotecário não desempenha apenas uma função técnica de acumulação e classificação de informação, por mais especializada ou académica que ela seja — mas também ou sobretudo a função profissional de ser o elo de ligação entre o leitor e o livro, fornecendo o «right book to the right person».

Implicitamente, o êxito das bibliotecas deve depender da selecção, preparação técnica e condições de trabalho e remuneração do seu pessoal.

As instituições são feitas pelos homens, e os homens que nelas estão devem ter a flexibilidade e a capacidade de alterar as suas instituições, de forma a torná-las aptas a servir os fins para que foram criadas conservando-se sempre úteis à comunidade.

Por esta razão, a educação profissional e a preparação técnica dos bibliotecários, no Reino Unido, têm estado em contínua revisão, porquanto o serviço de bibliotecas públicas só pode ser plenamente satisfatório e efectivo apenas na medida em que as bibliotecas e os bibliotecários forem capazes de corresponder capazmente às necessidades de momento da comunidade.

A associação profissional de bibliotecários foi, desde o início, reconhecida como constituindo um pressuposto para o contínuo progresso do serviço bibliotecário e, ao mesmo tempo, para o bem estar e dignidade da classe. Por isso, torna-se um truismo a afirmação de que os serviços bibliotecários da Grã-Bretanha são o que hoje são, devido ao trabalho e à acção do seu respectivo organismo profissional.

A Library Association, fundada em Londres em 1877, recebeu o «Alvará Real», que lhe deu existência como entidade jurídica colectiva com poderes e objectivos especiais em 1898. Entre os seus principais poderes, encontram-se os seguintes:

- 1) Unir todas as pessoas ocupadas ou interessadas em trabalhos de bibliotecas através da realização de conferências e reuniões para a discussão de problemas bibliográficos e assuntos relacionados com bibliotecas;
- 2) Promover uma melhor administração de bibliotecas;
- 3) Promover tudo quanto possa resultar na melhoria da posição e habilitações dos bibliotecários;
- 4) Realizar exames profissionais e de emitir certificados de eficiência;
- 5) Promover e encorajar a investigação e os estudos bibliográficos;
- 6) Conservar-se atenta à legislação que afecte as bibliotecas públicas e de auxiliar a promoção de legislação suplementar considerada necessária para a regulamentação, administração e extensão dos serviços de bibliotecas públicas.

Muito embora criadas e mantidas pelos Conselhos das Autarquias Locais, e controladas pelas suas respectivas «Comissões de Biblioteca», que fazem parte da sua mais lata «Comissão de Educação» — ambas constituídas por membros eleitos pela comunidade, segundo os processos normais de Governo Local, as bibliotecas públicas são, de facto, administradas e dirigidas directamente pelo bibliotecário, bibliotecário-chefe, ou bibliotecário da Cidade, constituindo, este, o verdadeiro poder executivo. Pertence à Comissão de Bibliotecas assegurar que as bibliotecas públicas recebam da Comissão de Finanças da respectiva Autarquia fundos suficientes para levar a cabo, adequada e plenamente, os objectivos para que foram criadas, mas cabe ao bibliotecário a responsabilidade da eficiência, qualidade e nível do respectivo serviço.

Lionel McColvin, um dos mais célebres teóricos e práticos da Biblioteconomia da actualidade, afirmou que «não existe uma única boa biblioteca no país onde não trabalhe agora ou não tenha trabalhado recentemente, um bom bibliotecário». Este, é claro, além de longa experiência profissional, terá que saber lidar, tanto com o público, como com os livros, pois que, numa área extensa, terá que administrar centenas de postos, com mais de um milhão de livros.

A «Library Association» britânica é constituída, presentemente, por mais de 12 mil membros, o que dá cerca de um bibliotecário qualificado para quatro postos da cobertura do país.

Se aplicarmos esta proporção para os nossos dez milhões de habitantes, teríamos que ter somente no Portugal Continental para as necessidades dum serviço decente de bibliotecas públicas em escala nacional 2 400 bibliotecários e 9 600 postos.

Os bibliotecários britânicos são, geralmente, pessoas de grande projecção na vida cultural e social da comunidade — com uma posição semelhante em tudo, incluindo no ordenado — senão mesmo superior, no caso das cidades importantes — ao do professor universitário, dependendo o seu vencimento das habilitações, experiência e anos de serviço. (Em média, entre 10 a 20 contos por mês).

Um aspecto muito importante do serviço bibliotecário no Reino Unido é o da cooperação entre as bibliotecas públicas, para a centralização e coordenação de informações e recursos de todas elas, que ficam inter-ligadas numa rede de cobertura para melhor assistência dos leitores, mais completa utilização do recheio de todas elas e maior eficácia do serviço, assim colocado num plano nacional e, até, de colaboração internacional.

Este sistema de coordenação inter-bibliotecária, posto em prática desde os anos trinta, tem por fulcro uma Biblioteca Pública Nacional, ou Central, que promove, regula e coordena o empréstimo de livros entre as bibliotecas públicas do país e entre estas e o estrangeiro, organiza catálogos conjuntos de todas elas, facultando assim o acesso a um recheio total de mais de cem milhões de obras, reúne e transmite conhecimentos e informações. Mantém um serviço bibliográfico e informativo e estabelece a ligação com a Associação de Bibliotecas Especializadas e Bureaux de Informação.

Além da Biblioteca Nacional Central, existem as bibliotecas nacionais regionais, correspondentes às regiões bibliotecárias em que o país está dividido para estes serviços de coordenação e cooperação.

Fiéis ao seu objectivo de servir a comunidade, como um centro seguro de informação, e de facultar a oportunidade e o estímulo a todo o povo de, permanente e continuamente, se instruir, ao lado da sua missão primária de reunir, conservar, organizar, administrar e facultar colecções de livros e outros materiais de valor cultural, educativo, recreativo e informativo, as bibliotecas públicas, no Reino Unido, a partir das últimas duas ou três décadas, passaram a desempenhar um papel ainda mais activo na vida moderna, utilizando as novas técnicas de comunicação e atracção, como a rádio e a televisão, o teatro e o cinema, as exposições, cursos livres, debates e conferências, as sessões de música gravada, as horas infantis, etc., a fim de estimular o público a fazer um melhor e mais intenso uso do seu recheio e, assim, despertar e fomentar nele uma atitude mais inteligente e crítica perante os problemas da nossa época. Estas actividades de extensão bibliotecária transformaram as bibliotecas públicas em centros da vida cultural da comunidade, em instrumentos mais completos de auto-realização, auto-didatismo e auto-promoção, isto é, em universidades livres.

No Reino Unido, o povo volta-se decididamente para as bibliotecas públicas à procura de auxílio e solução para os seus estudos e investigações, seus negócios e recreios, assim como para os seus múltiplos e variados problemas e interesses tanto profissionais como domésticos, buscando nelas a informação organizada, facilmente acessível, assim como material recreativo e cultural de valor estético e moral.

O livre e gratuito acesso ao livro ainda é o mais eficaz processo para o desenvolvimento intelectual pleno, para a formação e informação contínua, imparcial e livre, e constitui uma das mais importantes formas de igualdade de oportunidade à educação e cultura.

Na Idade da Técnica em que vivemos, como escapismo a horas e dias seguidos de intensa actividade e contracção, o homem tende a evitar de ter de pensar, tomado pela preguiça mental.

Esta é uma das causas da actual popularidade dos divertimentos e espectáculos de futebol, cinema, rádio, televisão, etc., em que é pedida uma mera participação passiva do público, como espectador — para matar o tempo, a ajudar a passar o tédio da ociosidade, ou para se descontraír.

Ora, é precisamente neste campo — de ocupar, em vez de desperdiçar a ociosidade, de descontração mental proveitosa que a importância das bibliotecas públicas mais se faz sentir na Inglaterra, como em toda a parte, como o demonstra a sua formidável e sempre crescente popularidade, pois que elas souberam adaptar-se às necessidades culturais e profissionais, infor-

mativas e recreativas das comunidades educadas e responsáveis que servem, num mundo em constante e rápida evolução.

Instaladas na maior parte dos casos em edifícios especialmente construídos, planeados segundo os fins funcionais a que se destinam, sem grandes fachadas, luxos e arrebiques, mas com vastas e arejadas salas, dotadas de regulares e frequentes comunicações, por meio de unidades móveis com os leitores mais afastados; tendo as mais modernas teatro experimental, salão de conferências e exposições, auditório, etc.; equipadas com adequado mobiliário, simples e resistente, aquecimento, aparelhos reguladores de temperatura e humidade, com um ambiente confortável e atraente, alegre e despretençioso, bem providas de pessoal técnico e auxiliar, eficiente e delicado, as bibliotecas públicas inglesas são patrocinadas, acarinhadas e utilizadas por toda a população, sem qualquer distinção. Elas são, em grande escala, responsáveis pelos enormes progressos culturais, intelectuais, sociais, materiais e políticos verificados na Grã-Bretanha nos últimos cem anos. Muitas das maiores e mais importantes realizações ali alcançadas não só no campo das letras e das artes, das ciências e da técnica, mas também no campo do progresso cívico, político e social, se devem, directa ou indirectamente, à acção das Bibliotecas Públicas.

Não obstante, em grau variado embora, toda a população da Grã-Bretanha disfrutar já do serviço das bibliotecas públicas, o seu pleno desenvolvimento e rendimento, como um serviço social nacional, ainda estão longe de ser alcançados. Teòricamente, hoje já todos os cidadãos têm o direito de livre e gratuito acesso a quaisquer livros de que necessitem, através de bibliotecas públicas fixas, postos nas aldeias, bibliotecas móveis ou pelo correio. Isto sem dúvida é um grande triunfo, mas somente quando todas as regiões do país puderem dispor de um serviço bibliotecário equivalente pelo menos ao melhor hoje existente é que se poderá dizer que as bibliotecas públicas da Grã-Bretanha estão a desempenhar adequadamente as suas funções e a alcançar os seus objectivos. Esta é a opinião firme de todos os bibliotecários ali, e que, como profissionais, perfilhamos e desejamos, para honra e prestígio da nossa causa comum e da nossa classe.

A 31.ª Conferência da F. I. D.

Na 31.ª Conferência da Federação Internacional de Documentação, realizada em Washington de 7 a 9 de Outubro de 1965, foram aprovadas pela Assembleia Geral propostas apresentadas pelo Conselho para a reorganização do programa e da estrutura da F. I. D.

Os novos estatutos da F. I. D. tornar-se-ão efectivos a partir de Janeiro de 1967, após colherem aprovação legal.

Os membros da F. I. D. terão as categorias de membros nacionais (como agora) e membros associados, organizações internacionais activas no âmbito da Documentação, cujo número não poderá exceder um terço do número total dos membros nacionais. Uns e outros terão direito pleno de voto na Assembleia Geral.

Além destas categorias de membros, a F. I. D. reconhecerá associados nacionais, isto é, organizações de países em desenvolvimento ainda não aptos a constituírem-se membros nacionais, filiados; ou sejam organizações e pessoas interessadas nos assuntos da Federação; e membros honorários, isto é, pessoas que merecerem distinção especial.

Os corpos administrativos da F. I. D. serão a Assembleia Geral (que reunirá de dois em dois anos), o Conselho (que reunirá anualmente) e a Comissão Executiva, constituída por um presidente, dois vice-presidentes e o tesoureiro. O Conselho consistirá em não mais que 12 con-

selheiros (escolhidos pelo notável papel desempenhado no campo da documentação e tendo em conta a sua distribuição geográfica através do globo), os presidentes das Comissões Regionais, o membro belga (por lei) e o Secretário-Geral, além dos membros da Comissão Executiva.

As reuniões ordinárias anuais do Conselho serão sessões administrativas ou relacionadas com o programa de acção. Para assegurar o pleno uso da experiência das Comissões, as últimas sessões do Conselho serão abertas aos seus presidentes, os quais terão o direito de votar nos assuntos que caíam no domínio dos trabalhos das respectivas Comissões.

O número de Comissões foi alargado. Além da Comissão Central de Classificação (FID/CCC), a Comissão para a Investigação acerca da Classificação (FID/CR), a Comissão para a Informação Técnica da Indústria (FID/TI) e a Comissão de Preparação de Documentalistas (FID/TD), foram propostas novas comissões para os países em desenvolvimento (FID/DC), investigação das bases teóricas da informação (FID/RJ), teoria das técnicas relativas a máquinas e sistemas (FID/TM) e técnicas operacionais de máquinas e sistemas (FID/OM) — inicialmente juntas como FID/MSR. Quanto à antiga FID/LP, foi transformada em Comissão para a terminologia e lexicografia (FID/TL).

Criou-se também a Mesa dos Presidentes das Comissões, grupo em que estes podem discutir as relações entre os programas de acção, com vista a evitar a sua sobreposição.

Previu-se ainda a criação de Grupos de Trabalho para as publicações primárias e secundárias, reprodução de documentos, arquivos comerciais, documentação de dados e rede internacional de serviços de Documentação. Um observador especializado estará atento aos progressos da Documentação.

Acerca do programa da FID, após revisão final será divulgado um relatório que ulteriormente constituirá uma publicação da Federação Internacional.

Normalização

A Comissão Técnica Portuguesa de Normalização de Documentação concluiu de Outubro a Dezembro de 1965 os seus pareceres acerca das normas nacionais NP-138 (1959) — *Legenda bibliográfica*, P-405 (1963) — *Referências bibliográficas. Elementos essenciais*, P-417 (1964) — *Sumário de publicações*, P-418 (1964) — *Análises bibliográficas e resumos de autor* e P-419 (1964) — *Apresentação de artigos em publicações periódicas*.

Com estes pareceres, já submetidos à apreciação superior, a CT-7 completou o plano de revisão técnica e de coordenação das normas nacionais de Documentação nos limites previstos no seu programa de acção a curto prazo elaborado em Novembro de 1964.

«Cadernos» e os recentes pedidos de Bibliotecários

Conforme «CADERNOS» noticiaram oportunamente, alguns jornais diários de grande projecção publicaram anúncios pedindo bibliotecários para os seus serviços. As condições que um destes ofereceu a Colegas que responderam (um horário em cheio das 9 às 18 horas, com um vencimento de 2 500\$00 a 3 000\$00) levaram a Redacção da revista, sempre atenta às oportunidades de contribuir para a valorização técnica e profissional dos bibliotecários e arquivistas portugueses, a dirigir um ofício ao estabelecimento em causa.

Podemos hoje acrescentar que, revelando um alto espírito de compreensão, a direcção deste último respondeu a «CADERNOS» pedindo informações sobre a nossa qualificação profissional e sentindo, por outro lado, o lapso cometido apenas pelo facto de ainda não se encontrar integrado nas recentes disposições legislativas.

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

Também mais recentemente «CADERNOS» efectuaram iguais diligências de esclarecimento junto do Instituto Português de Psicologia Aplicada, autor de outro anúncio em que se pedia uma «secretária-bibliotecária».

A actuação de «CADERNOS» não é apenas ditada pela modicidade de algumas retribuições, mas também pelas redundâncias que resultam dos próprios pedidos — «um bibliotecário com cultura universitária» é algo que só se explica por haver completa ignorância do papel que a este profissional cabe no mundo de hoje.

«CADERNOS», no entanto, congratula-se com esta oferta de trabalho, uma vez que ela é um sintoma iniludível dos problemas em que os sectores público e privado se debatem perante o crescimento bibliográfico e documental — que é uma característica dos nossos tempos e que exige, para conveniente tratamento, o técnico especializado.

Expansão de «Cadernos»

MOVIMENTO DE SÓCIOS E ASSINANTES EM 1965

Sócios		
a) Existentes em 31-12-1964	90	
b) Admitidos em 1965	<u>11</u>	101
c) Anulados em 1965		<u>3</u>
		98
Assinantes		
a) Existentes em 31-12-1964	16	
b) Admitidos em 1965	<u>36</u>	52
c) Anulados em 1965		<u>3</u>
		49

Movimento financeiro de «Cadernos»

CONTA DO EXERCÍCIO DE 1965

RECEITAS		DESPESAS	
Cotas	12 050\$50	Administração	91\$00
Assinaturas	3 475\$00	Publicações	31 649\$70
Vendas avulso	498\$00	Expediente	1 093\$50
Publicidade	425\$00	Diversos	<u>6 242\$80</u> 39 077\$00
Subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian	11 100\$00	Dívida da impressão dos «Cadernos»	4 311\$00
Diversos	6 730\$50	Saldo do exercício de 1965	<u>6 270\$40</u>
Saldo do ano anterior	<u>4 816\$90</u> 39 095\$90		
Cotas e assinaturas em atraso	2 114\$50		
Consignações às livrarias	<u>8 448\$00</u> 10 562\$50		
	49 658\$40		<u>49 658\$40</u>

NOTÍCIAS VÁRIAS

* De acordo com as recomendações feitas pela Comissão Consultiva Internacional de Bibliografia, Documentação e Terminologia na sua 3.^a reunião, em Abril de 1965, a UNESCO estabeleceu recentemente quase todos os contratos que a propósito daquela reunião foram referidos no precedente número de *Cadernos*. Prevê-se que os trabalhos contratados estejam concluídos em 1 de Dezembro de 1966.

* A Roménia depositou na UNESCO os instrumentos de ratificação da Convenção respeitante às trocas internacionais de publicações e da Convenção respeitante às trocas entre Estados das publicações oficiais e dos documentos governamentais.

* Do *Vocabularium bibliothecarii*, de que a UNESCO publicou em 1962 a 2.^a edição, em cinco línguas (alemão, espanhol, francês, inglês e russo), foi publicada em 1965 uma versão servo-croata, em Zagreb, com os termos ingleses seguidos dos seus equivalentes naquela língua e índices alfabéticos nos dois idiomas.

* «CADERNOS» tomou a iniciativa de dirigir aos governadores civis dos distritos onde recentemente foram criadas Bibliotecas Públicas e Arquivos Distritais, conforme Decreto-Lei n.^a 46 350, apelo no sentido de se proceder urgentemente às diligências necessárias para que tais estabelecimentos sejam uma realidade e entrem em funcionamento. Já foram recebidas respostas traduzindo as mesmas o desejo de corresponder ao apelo de «CADERNOS». Também aos presidentes das Juntas Distritais foram dirigidos ofícios de igual teor e conteúdo.

* Fizeram exame de admissão ao Curso de Bibliotecário-Arquivista da Faculdade de Letras de Coimbra, na presente época, 9 candidatos.

* Abriu no passado dia 9 de Novembro, no Instituto Britânico em Portugal, Rua Luís Fernandes, 3, Lisboa, uma exposição de livros científicos, técnicos e médicos, promovida pelo British Council e que esteve patente até 24 do mesmo mês.

O Dr. Carlos Estorninho, bibliotecário do Instituto Britânico, solicitou a «CADERNOS» que dirigisse, em seu nome, um convite expresso a todos os bibliotecários e arquivistas para assistirem à inauguração da referida Exposição.

Esta gentileza foi ainda completada por outro convite do Dr. Carlos Estorninho. Para que o maior número de bibliotecários e arquivistas pudesse visitar a Exposição sem impedimentos de serviço, realizou-se no sábado seguinte, dia 13, pelas 15,30 horas, uma visita especial para bibliotecários, seguida de uma sessão de filmes apropriados à circunstância.

* Temos conhecimento das seguintes reuniões científicas em França:

1) 25 de Novembro, às 9 horas, debate público sobre o tema «A cooperação na investigação técnica», promovido pela Association Nationale de la Recherche Technique — Sala Iena, 10 Avenue d'Iéna, Paris XVI;

2) O Comité National de l'Organisation Française apresentou o 3.^o programa de um ciclo de 3 sessões consagradas ao «Tratamento, transporte e transformação da Informação», em 2, 3, 8, 9 e 10 de Dezembro de 1965, 3, rue Cassette, Paris VI;

3) O Centre d'Information du Matériel et des Articles de Bureau, CIMAB, 4, rue Castellane, Paris VIII, organizou, de 22 de Novembro de 1965 a 27 de Abril de 1966, cursos sobre a selecção, tratamento automático, reprografia, microcópia, offset para escritórios, máquinas de contabilidade evoluídas, etc.

* A Association Internationale des Documentalistes et Techniciens de l'Information, 22, rue de Grenelle, Paris VII, tem a intenção de publicar em 1966 um número especial do seu boletim dedicado ao tema do *Thésaurus*, aspectos práticos, troca de ideias sobre a sua elaboração e utilidade.

Aquela Associação solicita a colaboração de todos os colegas, esperando receber manuscritos originais sobre tão interessante tema.

* Decreto n.º 46 794.

Considerando que foi adjudicada à firma Projel — Projectos de Electricidade, Ld.ª, a empreitada de instalações eléctricas da Biblioteca Nacional;

Considerando que para a execução de tais obras, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo até 30 de Outubro de 1966, que abrange parte dos anos de 1965 e 1966;

Tendo em vista o disposto no artigo 22.º e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 41375, de 19 de Novembro de 1957;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com a firma Projel-Projectos de Electricidade, Ld.ª, para execução da empreitada de instalações eléctricas da Biblioteca Nacional, pela importância de 15 939 427\$.

Artigo 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despende com pagamentos relativos aos trabalhos executados, por virtude do contrato, mais de 6 000 000\$ no corrente ano e 9 939 427\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1966.

(*Diário do Governo*, I Série, n.º 294, 1965-Dezembro-29).

* Decreto n.º 46 795.

Considerando que foi adjudicada à firma Sociedade de Construções Fernando Pires Coelho, Ld.ª, a empreitada de trabalhos de acabamento do novo edifício para a Biblioteca Nacional;

Considerando que para a execução de tais obras, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo até 30 de Novembro de 1966, que abrange parte dos anos de 1965 e 1966;

Tendo em vista o disposto no artigo 22.º e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 41 375, de 19 de Novembro de 1957;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com a firma Sociedade de Construções Fernando Pires Coelho, Ld.ª, para execução da empreitada de trabalhos de acabamento do novo edifício para a Biblioteca Nacional, pela importância de 13 489 900 \$10.

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

Artigo 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despende com pagamentos relativos aos trabalhos executados, por virtude do contrato, mais de 7 219 950\$10 no corrente ano e 6 269 950\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1966.

(*Diário do Governo*, I Série, n.º 294, 1965-Dezembro-29).

* Está vago o lugar de bibliotecário-assistente da Bibliothèque du Parlement Européen, no Luxemburgo.

O desempenho é por 6 meses, renováveis, sendo o ordenado de cerca de 1 600 francos franceses por mês. Os interessados podem dirigir-se àquela Biblioteca ou ao Secrétariat.